

FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

YANNE RAKEL FERREIRA DE CARVALHO

**AS DIFICULDADES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS COM
CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2012

YANNE RAKEL FERREIRA DE CARVALHO

**AS DIFICULDADES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS COM
CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
coordenação de Psicologia da Faculdade Leão
Sampaio, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel.

Orientadora: Prof^a Esp. Natalie Brito Araripe

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2011

YANNE RAKEL FERREIRA DE CARVALHO

**AS DIFICULDADES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS COM
CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
coordenação de Psicologia da Faculdade Leão
Sampaio, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a) – Natalie Brito Araripe

Prof^a. Nadya Ravella Siebra de Brito

Prof^o. Alex Figueiredo da Nobrega

AS DIFICULDADES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

Yanne Rakel Ferreira de Carvalho¹
Natalie Brito Araripe²

RESUMO

O abuso sexual é definido como todo ato sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou um adolescente, estimulando sexualmente essa criança. O CREAS é um centro de média complexidade que atende pessoas em risco de vulnerabilidade social, inclusive crianças abusadas sexualmente. O trabalho realizado é multiprofissional e deve ser entendido como um conjunto de ações internas do CREAS e de outras redes. A função do psicólogo nessa instituição é confusa, pois sua prática deve proporcionar a consciência do sujeito e a integração do mesmo na sociedade, no entanto, são frequentes as dificuldades enfrentadas por este, que se utiliza de várias estratégias para exercer seu trabalho. Tendo em vista essa complexidade, o objetivo dessa pesquisa foi investigar quais as dificuldades encontradas no trabalho do psicólogo acerca das atividades desenvolvidas com crianças abusadas sexualmente, no CREAS de Juazeiro do Norte-CE. A pesquisa é qualitativa, e para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e a análise foi feita através da análise de discurso. Os resultados mostraram que os psicólogos do CREAS da região do sul cearense não conheciam o funcionamento do programa, somente ao chegar à prática; além disso, foi observado que os psicólogos enfrentam muitas limitações referentes ao material e recursos para sua atuação às crianças vitimadas, adaptando outros recursos e buscando capacitações inovadoras para sua atuação. Contudo, no atendimento voltado para as crianças vitimadas no CREAS, os psicólogos buscam possibilitar melhorias nas vivências dolorosas, revendo suas ações e assumindo um compromisso com essa prática.

Palavras-chave: Abuso sexual. CREAS. Dificuldades. Psicólogo.

ABSTRACT

Sexual abuse is defined as the whole sexual act between one or more adults and a child or a teenager, sexually stimulating this child. The CREAS is a complex and media center that care for people at risk of social vulnerability, including sexually abused children. The work done consists of several professionals and must be understood as a set of inside actions of the CREAS and other networks. The function of the Psychologist in this institution is confusing, so its practice should contribute with consciousness and integration of the persons in the society. But there are some difficulties for them in these process of social integration. Some professionals need to use different kinds of strategies to do work. Given this complexity the goal of this research was to investigate the difficulties encountered in the psychologist work about the developed activities with children sexually abused on CREAS in the Juazeiro-CE. This research is qualitative, and in the collection of data were realized semi-structured interviews and the analysis was done with base in the analysis of the discourse. The results showed that psychologists of CREAS the southern region of Ceará did not know the operation of the program, only to arrived at practice they understood as the program was developed. The psychologists passed for several difficulties with material and resources to attend these children. In general they need to adapting other resources to their act. However, care geared

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Leão Sampaio - yannefdj@hotmail.com

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Leão Sampaio – brito.natalie@gmail.com

toward child victims CREAS, psychologists seek possible improvements in painful experiences, reviewing their actions and a commitment to this practice.

Keywords: Sex abuse. CREAS. Difficulties. Psychologist.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS requer muito cuidado, pois esse profissional, muitas vezes recém-formado, sai da graduação com um conhecimento teórico generalista, no entanto, sua experiência prática ainda se faz muito carente e ainda também recente nesse contexto, ou seja, as experiências vividas na situação acadêmica são poucas para preparar esse profissional em sua atuação na realidade encontrada, além de que, esse profissional encontra pouca literatura nessa área (CFP, 2011a). Devido a essas variáveis, torna-se importante a realização de pesquisas na área social e de proteção de média complexidade, para melhor divulgar o trabalho do psicólogo nesse espaço e ser fonte para outras pesquisas nesse contexto.

Ademais, as dificuldades encontradas pelo psicólogo são inúmeras desde a sua formação acadêmica até a sua própria atuação no âmbito social enquanto profissional. Outrossim, esse profissional não conhece ou não tem oportunidade de conhecer o Programa que é desenvolvido para crianças vítimas de abuso sexual, terminando em conhecê-lo somente quando chega ao local de trabalho para desempenhar o seu papel, como cita uma pesquisa realizada nos CREAS de todo território brasileiro (CFP, 2011b).

Portanto, a pesquisa relatada nesse artigo se faz importante em nível de conhecimento tanto para acadêmicos quanto para profissionais de psicologia, possuindo o objetivo de investigar quais as dificuldades encontradas no trabalho realizado pelo psicólogo acerca das ações e/ou atividades desenvolvidas com crianças vítimas de abuso sexual, na atuação do contexto do CREAS na cidade de Juazeiro do Norte – CE.

2 O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS

O Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias situa-se atualmente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Este por sua vez, surgiu a partir do primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Junho do ano 2000,

sendo a elaboração desse plano um marco muito importante no território brasileiro, possuindo como finalidade o atendimento a crianças e adolescentes em situações de violência física, psicológica, sexual e de negligência grave contra crianças e adolescentes (CFP, 2011b).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é, portanto, uma “unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados” (BRASIL, 2012, p. 04), com o intuito de promover a integração de recursos e meios para o enfrentamento da disseminação dos serviços e melhorar a ação para os seus usuários, abrangendo diversos profissionais e procedimentos de trabalhos, com a finalidade do apoio e acompanhamento especializado aos indivíduos (IDEM, 2012).

Segundo Brasil (2012) devido à fundação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, o CREAS deve oferecer atendimento às situações de violação de direitos e riscos de crianças e adolescentes, como também a adolescentes em situações de cumprimento de medida sócio-educativa em regime semiaberto, direcionando o enfoque de sua atuação para a família, com o intuito de melhorar sua capacidade de proteção a crianças e adolescentes.

Ainda de acordo com o autor, o serviço oferecido a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, assim como sua família, encontra-se insatisfeito. Desse modo, o CREAS deve desenvolver um conjunto de procedimentos especializados para o atendimento dessas crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, a fim de promover a reestruturação da autoestima e seus direitos comunitários e familiares de cidadãos.

Esses serviços ofertados devem ser desenvolvidos pautados na garantia constitucional do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, pois seus conteúdos “preconizam a defesa de direitos e a proteção social, a prevenção de riscos, a mobilização da sociedade e o desenvolvimento do protagonismo social” (BRASIL, 2012, p. 11).

Além disso, os serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendem não somente a esses públicos, mas também a outros tipos de violência (doméstica, psicológica, física, etc). Resultando assim, no contexto atual das políticas públicas da assistência social um trabalho essencial no aspecto da promoção e da prevenção, para compreender os fenômenos existentes (CFP, 2011b).

Assim sendo, os profissionais do CREAS precisam ser suficientes e capacitados para prestar atendimento de qualidade aos usuários. Estes devem realizar acompanhamento individualizado de cada caso, e também oferecer acompanhamento de grupos de usuários e encaminhamentos (se preciso) aos demais serviços. Pois, o trabalho destes profissionais

devem partir do reconhecimento das condições sócio-culturais da comunidade, da família, da sua estrutura e valores, dos vínculos entre os membros, a presença da rede de apoio na sua comunidade, dentre outros aspectos complacentes. Logo, esses profissionais, após a coleta de informações, constituem, juntamente à família, um Plano de Trabalho para identificar as estratégias mais adequadas voltadas para a superação dessas situações de violência de direitos (BRASIL, 2012).

Nesse serviço, o atendimento individual deve ser utilizado somente nas entrevistas iniciais, e deve ser entendido como um conjunto de ações internas do CREAS e de outras redes, para a redução de danos ao sofrimento do sujeito. Assim, todos os profissionais envolvidos no processo não devem atuar de maneira isolada, mas de forma integrada de acordo com o sigilo e a conduta ética (CFP, 2011b).

Apesar de não se configurar como uma prática individual, as atividades/ações desenvolvidas no campo de atuação do psicólogo no CREAS comumente são: “entrevista de anamnese e devolutiva, atendimento individual e grupal, entrevistas lúdicas, estudo de caso, elaboração de relatórios, laudos e pareceres, visita domiciliar, cursos para os usuários e avaliação, diagnóstico da violência e acompanhamentos em audiência” (CFP, 2011a, p. 14).

Desse modo, o atendimento realizado no CREAS é essencialmente multidisciplinar, e os psicólogos vêm desenvolvendo cada vez mais atividades nesse contexto. Atualmente, a função do psicólogo está em construção e tem causado algumas polêmicas. Os maiores problemas enfrentados pela classe referem-se à falta de conhecimento, informação ou até mesmo capacitação para exercer tal função, com isso, as buscas por aprimoramento na área por parte dos psicólogos têm crescido nos últimos anos (CFP, 2011b).

Destarte, o atendimento a essas vítimas deve estar pautado na ética e no respeito recíproco, tendo uma maneira de acolhimento e escuta por parte dos técnicos do CREAS, na intenção de possibilitar a criação de vínculos de confiança entre os profissionais, as vítimas e as famílias acolhidas. Vale ressaltar que a equipe do CREAS necessariamente é constituída basicamente por: um Coordenador, dois Assistentes Sociais, dois Psicólogos, dois Educadores físicos, dois Auxiliares Administrativos, um Advogado e Estagiários de psicologia, serviço social e do direito (BRASIL, 2012).

O psicólogo ainda é considerado um profissional essencial e mediador para o acompanhamento de profissionais que trabalham com pessoas inseridas em um contexto de opressão e violência. Considerando-se o diálogo como ponte para desenvolver parcerias, solidariedade e consciência crítica sobre o que está acontecendo e se fazendo ao redor destes profissionais (GUZZO; LACERDA JR., 2012).

Sendo assim, a prática do profissional de Psicologia no CREAS deve proporcionar uma consciência no sujeito, ou seja, uma consciência crítica, como também a própria integração do sujeito à sociedade. Para que isso aconteça, esse profissional deve atender a todos os membros da família envolvidos no processo, e oferecer apoio e proteção à criança vitimada (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

O contexto social fez com que surgisse um psicólogo comprometido com ações comunitárias e preventivas, significando para a formação desse profissional novas configurações sociais e uma capacidade de atuação numa equipe multidisciplinar, que se identifique com o trabalho clínico, educacional, social, jurídico, entre outros (PENSO et al., 2012).

3 O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

No ano de 1989, na Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU sobre os Direitos da criança, os termos apresentavam uma nova alteração sintética sobre o enfoque família, que constituíram os direitos básicos da criança à sobrevivência, à educação e à proteção contra o abuso sexual (BRITO, 2002). Esse autor acrescenta ainda que em 1989, sobre o amparo da Convenção, diversas nações alteraram os modos legais e tornaram obrigatório fornecer informações de incidentes de abuso contra crianças. Devido a esse fato, os profissionais de saúde e educação são obrigados hoje a avisar a qualquer órgão público a ocorrência de casos de abuso contra crianças, sejam eles suspeitas ou confirmações.

Gonçalves (2004) vem dizer que a família era o grande centro de apoio e proteção à criança, no entanto, a comunidade científica reconheceu que alguns ferimentos causados nos corpos das crianças originavam-se da agressão paterna ou materna, o que acarretou na quebra da percepção da civilização sobre essa ideia do contexto familiar.

Para Fiorelli e Mangini (2011) a agressividade traz em si algo de força combativa, de comportamento adaptativo e instinto de vida; trata-se de uma característica de personalidade. Entretanto, “quando ela não está relacionada à proteção de interesses vitais, ela está mais próxima da violência (ideia de destruição)” (IDEM, 2012, p. 95), contendo a marca da agressão física e ou psíquica, sem aceitação social.

Todavia, qualquer ato ou jogo sexual é definido quando o agressor estiver em estágio psicosssexual mais desenvolvido que a criança ou adolescente (HABIGZANG et al., 2012). E qualquer agressão ao corpo da criança deve ser considerada como um ato abusivo, já que em

outras pesquisas destaca-se que uma tapa e um espancamento são fatores extrínsecos em sua natureza, ou seja, não possui a mesma essência, o que conseqüentemente acarreta diferentes medidas para tais (GONÇALVES, 2004).

Entretanto, “não há como se tratar de agressividade e violência sem se levar em consideração o contexto social e cultural em que o ato se insere” (FIORELLI; MANGINI, 2011, p. 194). Deve-se, portanto, levar em consideração a reação da própria sociedade. Nesse caso vale ressaltar a diferenciação de agressividade e violência, pois há uma evolução da primeira, que se define por ser algo mais aceitável pela sociedade, relacionada à defesa de interesses, e a violência, que por sua vez se constitui por ser algo mais merecedor de punição (IDEM, 2011).

Desse modo, pode-se afirmar que o abuso sexual contra crianças e adolescentes há muito tempo é considerado um problema de saúde pública em diversos países, até mesmo no Brasil (GONÇALVES et al, 2002 apud HABIGZANG et al., 2012). Mas, é a partir do século XX que o abuso sexual passa a ser considerado um problema social.

Segundo Labadessa e Onofre (2012) quanto mais se volta ao passado do abuso sexual infantil, grandes são as chances de observar a falta de proteção às crianças; como também registros de abandono, morte, espancamento e violência em todos os aspectos. Bass e Thornton (1985 apud LABADESSA; ONOFRE, 2012) falam que nos tempos bíblicos, com uma lei da época, o uso sexual de meninas a partir dos três anos de idade era permitido, sendo que para isso o pai permitisse e recebesse dinheiro pela sua filha. Portanto, esses acontecidos apontam que o abuso sexual como outros tipos de exploração infantil sempre existiram.

Define-se abuso sexual como todo ato sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou um adolescente, estimulando sexualmente essa criança ou utilizando a mesma ou adolescente para obter estimulação sexual. Contudo, diferente do abuso sexual, a exploração sexual por sua vez, define-se pela obtenção de vantagens por pessoas ou proveitos do uso do corpo de uma criança ou adolescente para a mercantilização da mesma, perpassando todas as classes sociais (AZEVEDO apud CFP, 2011b). Assim, a exploração sexual comercial nem sempre é classificada como exploração ou abuso sexual, logo, todas as formas e classificações de violência sexual compõem o abuso sexual (FALEIROS, 2004 apud CFP, 2011b).

Entretanto, o abuso sexual ou exploração sexual comercial é percebida como a violação dos direitos da criança e do adolescente, além de violar também os direitos sexuais e humanos, pois fere a integridade sexual, o desenvolvimento físico, emocional e afetivo que ainda não estão preparados para essas trocas sexuais (CFP, 2011b).

Desse modo, o abuso sexual contra crianças pode ser dividido em: intrafamiliar, que ocorre quando a vítima e o autor (a) da violência sexual possui laço familiar, biológico ou de alguma responsabilidade sobre a mesma. E extrafamiliar, que se define por ter o autor (a) da violência sexual contra crianças nenhuma relação familiar com a vítima, mas que na maioria das vezes o autor (a) é conhecido (a) ou alguém que a criança confia (CFP, 2011b).

Segundo o CFP (2011b) todas essas práticas de abuso sexual são fenômenos que envolvem diversos fatores de vulnerabilidade intrínsecos (internos) e fatores de risco e de proteção extrínsecos (externos) tais como: individuais, constituição psíquica, recursos financeiros, sociais, culturais, familiares, psicológicos, econômicos entre outros.

Nesse sentido, quando a criança não conta com uma rede de apoio social afetiva e eficaz na prevenção e nos atributos prejudiciais, ela se torna mais vulnerável quando enfrenta situações de risco, como o abuso sexual. Consequentemente, a maioria dos casos desse tipo não é denunciada, devido os sentimentos de culpa, vergonha e tolerância da própria vítima (HABIGZANG et al., 2012). Ademais, passar por essa experiência pode prejudicar o desenvolvimento da criança em diversos fatores, tais como emocionais, sociais ou psiquiátricos, sendo estes mínimos ou severos (ELLIOTT et al., 2001 apud HABIGZANG et al., 2012).

A experiência de abuso sexual em crianças tem sido considerada um fator muito importante para desenvolver psicopatologias, dentre elas destacam-se: depressão, transtorno de ansiedade, dissociativos, alimentares, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno de estresse pós-traumático (COHEN et al., 2011 apud HABIGZANG et al., 2012). Como também apresenta alguns sintomas: pesadelos, comportamento sexual inadequado, agressão, problemas escolares, isolamento, autoagressão, fugas, uso de substâncias e comportamento regressivo (AMAZARRAY; KOLLER, 2012).

Já as características presentes nas famílias nas quais acontece o abuso são: presença de violência doméstica; pai autoritário demais; mãe ausente e passiva; cônjuges com relação sexual inadequada; presença de padrasto e madrasta; filhas desempenhando papéis de mãe, dentre outros (AMAZARRAY; KOLLER, 2012, p.08). Afinal, como afirmam Kaplan e Sadock (1990 apud IDEM, 2012) aproximadamente 50% do abuso sexual é cometido por membros da família.

Por isso o comportamento sexual das crianças que sofrem abuso é afetado tanto a curto como em longo prazo, apresentando sempre um efeito muito comum, que é a falta de confiança nos outros (HAY et al., 1995 apud AMAZARRAY; KOLLER, 2012). Como já citado o sentimento de culpa é um dos sintomas com efeitos emocionais mais graves em

crianças abusadas sexualmente, principalmente se este foi de longa duração (AMAZARRAY e KOLLER, 2012).

3.1 O trabalho do psicólogo com crianças vítimas de abuso sexual

A psicologia está inserida em diferentes contextos e trouxe para as universidades um novo campo de saber, capaz de desenvolver novas áreas de atuação, que vai além da clínica tradicional. Um exemplo desse fato são os psicólogos em hospitais, escolas, empresas, presídios, instituições, ONGs, participação em pesquisas e também o aparecimento do trabalho multidisciplinar (PENSO et al., 2012).

Como afirmam Penso et al. (2012) deve haver uma integração de prática e teoria, com intuito de uma formação de profissionais que tenha visão ampliada e integrada dos processos sociais e psicológicos capazes de atuar em diversas situações.

Entende-se, sobretudo, que para atuar nessa conjuntura de abuso sexual de crianças e adolescentes, é preciso priorizar intervenções voltadas para um contexto lúdico e não se deter ações somente verbais. Por isso, a prática do psicólogo nesse contexto social é bem diferente da teoria, principalmente com a questão do abuso sexual, fazendo-se necessário passar pela própria prática profissional (IDEM, 2012).

É fundamental que o papel do psicólogo no CREAS seja trabalhar com a reconstrução e fortalecimento de um desenvolvimento saudável, ainda que tenha existido o abuso (CFP, 2011a). Desse modo, possuir um olhar voltado para as questões sociais, que vão além do indivíduo, integra sobre as questões do abuso cometidas às crianças e adolescentes uma atenção mais aguda, por ser também um problema social (PENSO et al., 2012). Destarte, é fundamental que o psicólogo adeque um ambiente de confiança, disponibilidade e acolhimento, avaliando ainda o conhecimento da criança ou do adolescente pela causa que está sendo entrevistada (CFP, 2011a).

Não obstante, o trabalho do psicólogo ocorre devido à importância de se fortalecer as características pessoais da vítima, oferecendo também opções de apoio na comunidade e da própria coesão do ambiente da instituição, proporcionando relações de vínculo e confiança (ANTONI; KOLLER, 2012).

Outrossim, ainda é visto um despreparo dos profissionais atuantes da área da saúde, social, educadores, juristas e hospitalares em dirigir adequadamente os casos (FLORES; CAMINHA, 1994, p. 158 apud AMAZARRAY; KOLLER, 2012). Isso pode resultar em um

trabalho desorganizado, fragmentado e até mesmo prolixo (KNUTSON, 1995 apud AMAZARRAY; KOLLER, 2012).

4 A DIFICULDADE DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CREAS COM CRIANÇAS ABUSADAS SEXUALMENTE

Numa pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) com todos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) no Brasil em 2007, foram apresentados alguns relatos sobre as dificuldades encontradas no dia-a-dia destes profissionais, como a falta de materiais ludoterápicos, psicopedagógicos, a falta de transporte para a realização das visitas domiciliares, dentre outras, resultando na utilização de diversas estratégias para desempenhar seu trabalho corretamente (CFP, 2011a).

Algumas dificuldades encontradas nos relatos da pesquisa citada acima foram: falta de verba e infraestrutura do local, falta de iluminação, problemas na ventilação, problemas na acústica para realizar a escuta, tendo que muitas vezes garantir a ética do trabalho do psicólogo através de outras maneiras. Escassez dos profissionais na rede de atendimento, como o assistente social e também projetos que englobem toda a equipe no trabalho, além da sobrecarga sob um único profissional para exercer diversas funções (IDEM, 2011a).

Em relação à população atendida no CREAS, a maior dificuldade observada é o acesso ao local de atendimento, devido às dificuldades econômicas e culturais específicas em cada local. Dificuldade também da família em suportar o abuso dentro de casa, sendo que muitas vezes o acompanhamento familiar não é feito, demonstrando o próprio desprezo sobre o caso (CFP, 2011a).

É importante ressaltar ainda outra pesquisa realizada em 2002 em um serviço de Ambulatório da Família (AF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, confirmando que: as vítimas eram predominantemente do sexo feminino (70,5%) na faixa etária entre 2 e 10 anos de idade (81,7%), e em 47,3% das situações, o abuso foi intrafamiliar, sendo também constatada pouca disponibilidade de profissionais das áreas de psicologia e de serviço social, e a precária integração do serviço com os demais recursos institucionais da rede (FERREIRA, 2011).

A insuficiência no mercado de trabalho está associada às discussões acadêmicas no entorno da relevância social da profissão, que até pouco tempo atrás não considerava as camadas mais baixas da população como foco de sua atenção. Assim, o psicólogo fica sem

nenhum modelo para referência de trabalho, apenas criando expectativas de atuação a partir dos modelos tradicionais, com o intuito de levar a psicoterapia para os mais desfavorecidos (BETTOI, 2003 apud YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, o trabalho na assistência social é o de uma prática assistemática e de ações inconscientes, baseadas em vínculos de confiabilidade, em vez de competência dos profissionais, porém, em qualquer análise sobre essa atuação profissional, deve-se observar que não existem modelos predefinidos que orientem o desempenho da prática (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2012).

É por isso que proporcionar o fortalecimento entre profissionais que trabalham com as vítimas, que acarretam sofrimento por causa de um sistema injusto, que enfrentam em seu trabalho a incapacidade do sistema, é um dos diversos meios que a psicologia pode possuir, na intenção não somente do bem-estar, mas também da própria mudança social. Afinal, os profissionais sofrem pela incapacidade de buscar soluções para os problemas sociais ou mesmo pelos próprios recursos serem insuficientes, como também a população que encontra cada dia mais problemas para conseguir viver (GUZZO; LACERDA JR., 2012).

O despreparo da rede é visível, pois envolve desde os profissionais da área da saúde, educadores e juristas, até as próprias escolas e hospitais em saber tratar adequadamente os casos (AMAZARRAY; KOLLER, 1998 apud HABIGZANG et al., 2012).

Foi realizada uma pesquisa em Porto Alegre, no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1998, com a análise de documentação a partir de processos de casos de denúncia de abuso sexual. Constatou-se que alguns fatores prejudicaram o rendimento das instituições, como: o não encaminhamento dos pais da vítima; dependência de outras instituições devido a alguns encaminhamentos; falta de informações, laudos, inquéritos policiais; falta de condições financeiras e psicológicas dos genitores para que permanecessem com a guarda da vítima, e também relatórios confusos (HABIGZANG et al., 2012).

Para que se realize um trabalho efetivo, a atuação do psicólogo deve superar os limites da instituição à qual está ligada, devendo integrar em “forma de rede de apoio todos os ambientes que tem qualquer efeito” no desenvolvimento da vítima (BRITO; KOLLER, 1999 apud ANTONI; KOLLER, 2012).

É essencial que cada profissional saiba o seu papel e os seus deveres, no entanto, “tenha flexibilidade diante das múltiplas necessidades cotidianas que surgem”, pois, o trabalho multidisciplinar torna grandiosos os profissionais, porque consente debater estratégias diferentes que anseiam implicações eficazes (HUTZ; KOLLER, 1999 apud ANTONI; KOLLER, 2012, p. 09).

Para tanto, é fundamental a capacitação de vários profissionais, a fim de abordar o assunto sob um ponto de vista multidisciplinar. E é de extrema importância que os psicólogos, enquanto profissionais da saúde, tenham conhecimento necessário “sobre a dinâmica e as implicações do abuso sexual em crianças, da família e também do abusador (a), visando um bom desempenho profissional” e progresso na classe das intervenções terapêuticas (AMAZARRAY; KOLLER, 2012, p. 03). Pois, como afirma Habigzang et al. (2012), ainda é preciso capacitar os profissionais que trabalhem com crianças e suas famílias, para que se possa intervir adequadamente.

5 MÉTODO

5.1 Delineamento

Nesse estudo foi abordada uma pesquisa qualitativa. Seguidamente, foi utilizado como método de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, sendo a mesma cumprida com os psicólogos que trabalham no CREAS diretamente com a pesquisadora.

Segundo Creswell (2007), o que identifica e é uma das características da pesquisa qualitativa é que esta ocorre no ambiente natural, ou seja, o pesquisador faz uso à interpretação dos dados, fazendo conclusões sobre tais interpretações.

A entrevista semi-estruturada possui dezesseis questões qualitativas, a fim de divulgar as maiores dificuldades encontradas pelo psicólogo no CREAS de Juazeiro do Norte-CE. Vale lembrar que a entrevista realizada foi gravada e posteriormente feita a análise de discurso. Devido à entrevista ser baseada pelo questionário do CFP e para demais esclarecimentos, a mesma encontra-se a seguir:

ENTREVISTA

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

2. Idade: _____

3. Você possui registro profissional de especialista concedido pelo Conselho Federal de Psicologia?
☐ Sim ☐ Não

4. Você trabalha com o atendimento à crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no CREAS?
☐ Sim ☐ Não

5. Você possui formação no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual?

☐ Sim ☐ Não

Se Sim, qual (is)?

6. Qual sua especialidade?

7. Quais recursos você acessa em capacitação permanente na área do abuso sexual contra crianças e adolescentes?

☐ Encontros, congressos, seminários

☐ Bibliografia, pesquisas

☐ Sites, Bancos de dados

☐ Cursos de extensão

☐ Supervisão

☐ Outros

Se Outros: _____

8. Você tem conhecimento da rede de enfrentamento do abuso sexual contra criança e adolescentes?

Nacional: ☐ Sim ☐ Não

Estadual: ☐ Sim ☐ Não

Regional: ☐ Sim ☐ Não

9. Quais os tipos de população você atende?

10. Como você atua no seu trabalho?

☐ Individual

☐ Equipe de psicólogos

☐ Equipe Multidisciplinar

11. Você atua com qual (is) profissional (is) no atendimento à crianças?

☐ Assistente social

☐ Pedagogo

☐ Advogado

☐ Sócio educadores

☐ Psiquiatra

☐ Clínico geral

☐ Outros (_____)

12. Quais recursos você utiliza frequentemente em sua atuação?

13. Você acredita ter mais divergências ou convergências no modo como os psicólogos atuam no CREAS? (Por quê?)

14. Quais as dificuldades específicas que você enfrenta no cotidiano do seu trabalho e como você lida com eles?

15. Qual(is) nova(s) prática(s) você tem desenvolvido e estão produzindo bons resultados neste campo? Cite.

16. Você acha que é importante os psicólogos conhecerem os recursos e/ou instrumentos que podem ser utilizados em sua atuação no CREAS?

Assim sendo, a entrevista semi-estruturada parte de um questionamento básico, apoiados em teorias e hipóteses semelhantes à pesquisa, fazendo surgir assim uma gama de novas hipóteses e questionamentos, a partir das respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987).

Portanto, o uso da entrevista qualitativa nessa pesquisa se justifica por conseguir ter mais contato com os comportamentos, percepções, opiniões, experiências do indivíduo entrevistado, e com isso possibilitar a mais perfeita altura de informação, considerando que esses fatores não podem ser encontrados em fontes bibliográficas (BYRNE apud SILVERMAN, 2009).

5.2 Local da Pesquisa

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS é uma unidade pública estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.) (BRASIL, 2011).

A escolha de CREAS na região do Cariri - CE é justificada por ser uma unidade que funciona diariamente durante cinco dias da semana, atendendo às famílias em geral, desenvolvendo alguns trabalhos como o de orientação e acompanhamento psicossocial e jurídico às famílias com seus direitos violados, e pela proximidade da pesquisadora.

5.3 Sujeitos da pesquisa

Compõe a amostra: três psicólogos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Todos são psicólogos com seus respectivos registros no Conselho Regional de Psicologia – CRP atuantes no local.

5.4 Procedimento

5.4.1 Ético

É importante ressaltar que a realização dessa pesquisa segue a Resolução 196/96 de 10 de Outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre os aspectos ético-legais dos trabalhos de investigação científica, preservando o sigilo das entrevistas e a

integridade moral do indivíduo participante. Além disso, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com a Resolução citada acima.

5.4.2 Coleta de dados

As entrevistas foram realizadas no CREAS, com duração de 30 minutos cada. Elas foram marcadas com devida antecedência e disponibilidade desses profissionais. As visitas foram em torno de duas ou três para cada entrevistado. Os participantes foram avisados dos objetivos, do sigilo da pesquisa e do anonimato das respostas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, foi realizada uma visita inicial para autorização da pesquisa. A coleta de dados foi feita entre os meses de abril e maio de 2012.

5.4.3 Análise de Dados

As entrevistas foram gravadas e as respostas transcritas. Em seguida, foi realizada uma análise de discurso, que consiste em dar ênfase em como a realidade social é linguisticamente construída, tentando compreender melhor a vida e a interação social através dos textos sociais (POTTER e WETHERELL, 1987, p.7 apud COYLES, 2010). Ela ainda analisa a forma como as pessoas usam a linguagem para estabelecer partes do seu mundo e o que se pode obter a partir dessas formas (IDEM, 2010).

A linguagem é representada como construção dessa realidade e não como reflexão da realidade social e psicológica, pois a análise do discurso enfatiza a linguagem como um instrumento construtivo e não como algo para obter ingresso ao mundo social e psicológico dos sujeitos. Desse modo, as consequências da linguagem e a formulação de hipóteses são primordiais para análise do discurso, porque ela procura ativamente a variação (COYLES, 2010).

Portanto, segundo Coyles (2010), a análise do discurso envolve a busca tanto por identificação dos discursos quanto pela análise das próprias funções discursivas. Por isso, a porta para analisar o discurso é a formação acadêmica e o desenvolvimento de um pensamento analítico (BILLIG, 1988 apud IDEM, 2010).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão apontados abaixo os trechos das falas dos três psicólogos (P.1, P.2 e P.3) e algumas discussões sobre as falas observadas. Sendo que, estes trechos foram divididas em quatro categorias e estas classificadas a partir dos relatos trazidos nas entrevistas, baseados na análise do discurso.

O trabalho do psicólogo no CREAS aponta algumas divergências. Na sua atuação, pode-se observar, em alguns discursos dos entrevistados, o que afirma Habigzang et al (2012), que a atuação nesse campo ainda é desorganizada, fragmentada e também geralmente difusa, como fica evidenciado nas falas abaixo, caracterizando a primeira categoria:

“O que a pessoa tem que seguir muito é a proposta do equipamento”; “existe algumas divergências, às vezes a gente não tem o material necessário para utilizar aqui, né, no atendimento.” (P.1).

“A atuação do CREAS, tem que ir paralela com a política do CREAS”; “esse trabalho é com essa política e é com essa política que você tem que atuar.” (P.2).

“O trabalho que deve ser desenvolvido no CREAS vai além do que a maioria dos profissionais desenvolve.” (P.3).

O relato acima descreve o que os psicólogos atuantes no CREAS de Juazeiro do Norte-CE constatarem como divergências seguir a política e/ou proposta do equipamento, independente das circunstâncias encontradas, e também apresentando limitações em sua atuação relativas a esse dispositivo. Por isso é importante ressaltar que, apesar de todos os segmentos e instituições, sendo governamentais ou não, delinearem ações de cuidado e proteção, principalmente ao abuso sexual, esses fatos ainda são sem qualificações, negligenciados, afastados até mesmo da sorte (LIMA, 2012). Segundo Antoni e Koller (2012), o psicólogo juntamente com a equipe técnica, passa a realizar o trabalho de modo dinâmico a estes atendimentos à família, às vítimas e a instituição.

A falta de recursos aparece como uma dificuldade frequente, como se pode observar abaixo:

“A falta de material; os brinquedos, os quebra-cabeças, tá faltando peça, não tem jogos, falta muita coisa, quase tudo” (P.1) .

“É o papo do silêncio, no caso do abuso sexual é uma coisa velada, porque a criança que passa por essa situação de abuso elas vem além de vitimizada, elas vem silenciadas por conta de um contexto bem específico” (P.2);

“A sala de atendimentos, a falta de recursos para trabalho com crianças; dou um jeito de trabalhar com o que tenho, ou compro alguns materiais; o despreparo da equipe; a falta de capacitação para técnicos; o funcionamento da rede de saúde do município” (P.3).

Como mostram as falas acima, as dificuldades encontradas no trabalho do psicólogo na realização do atendimento às crianças abusadas sexualmente são diversas. Sobretudo, o ambiente do CREAS deve ser compatível com os serviços ofertados, deve ser acolhedor para que possa garantir privacidade dos usuários e assegurar a integridade e dignidade dos mesmos (BRASIL, 2012).

Lima (2012) aponta ainda que a utilização de diversos recursos lúdicos proporciona às crianças possibilidades de expressarem as fantasias, os medos, o que realmente sentem, de uma maneira bem espontânea. Como visto nas falas apresentadas acima, essa dificuldade específica, com os materiais para atendimento, como também o local para tal e o despreparo de alguns profissionais, resultam em ações independentes, como citada pela P.3, que diz às vezes comprar materiais e adaptar algumas situações para conseguir realizar seu trabalho; um desafio encontrado pelo psicólogo para obter um bom atendimento com as crianças vitimadas.

Portanto, o trabalho do psicólogo não é um serviço simples, é preciso haver um posicionamento crítico de suas ações, como também na compreensão de sua função enquanto profissional, consecutivamente pensando e realizando melhorias para a qualidade de vida (ANTONNI; KOLLER, 2012).

Desse modo, ainda há uma necessidade de capacitação para este tipo de trabalho, tanto do psicólogo quanto da própria equipe, proporcionando novas alternativas para resolver problemas eficazmente (IDEM, 2012).

Sobre a forma de trabalho, os psicólogos entrevistados apontaram:

“Fazendo planos de começar os grupos com crianças vítimas de abuso, a gente tá até montando” (P.1).

“O atendimento em grupo traz um retorno positivo para as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e tem surgido um efeito muito bom” (P.2).

“Trabalho somente com atendimentos individuais, busca ativa e visitas domiciliares; estou ainda iniciando um grupo com mães de crianças vítimas de abuso sexual” (P.3).

Essas iniciativas referentes a esse campo mostradas acima apontam que a Psicoterapia de Grupo tem a vantagem e o benefício pelo próprio apoio que o grupo oferece, pelo próprio afeto, linguagem e identificação que o grupo proporciona aos sujeitos (LARANJEIRAS, 2012). Sobretudo, no âmbito CREAS, a atuação do psicólogo se distancia dos atendimentos tradicionais, aproximando dos métodos institucionais e grupais (CRUZ, 2012).

Habigzang et al. (2012), em sua pesquisa sobre esse contexto, apresenta as dificuldades encontradas pelos órgãos de proteção às crianças e adolescentes em saberem intervir positivamente nos casos acompanhados. Isso pode ser visto na fala de P.2, que

menção o acompanhamento de crianças e adolescentes abusados através do Grupo, no qual esse atendimento muitas vezes apresenta dificuldades pelo equipamento de proteção, mas, os Grupos estão sendo uma prática do Psicólogo que estão trazendo resultados satisfatórios.

Sendo assim, o desafio maior do psicólogo consiste em promover mudanças sobre o viés de atuação clínica, ampliando para uma visão comunitária e social do sujeito, proporcionando o fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio em comunidade (CRUZ, 2012).

Sobre a necessidade de prática e capacitação, os entrevistados afirmaram que:

“É importante o estágio, a gente estagiar” (P.1).

“Exige do profissional uma leitura, um estudo, um investimento para poder atuar né?” (P.2).

Como apontado nos trechos acima, o estágio ou a experiência é muito importante para o profissional que atua nesse contexto CREAS, pois este profissional na maioria das vezes sai da graduação sem possuir nenhum conhecimento ou informação sobre a atuação nesse local. Não esquecendo que o sujeito, enquanto profissional de psicologia, deve buscar uma leitura mais aprofundada assim como capacitações para este espaço de atuação, com o intuito de possuir mais qualidade em sua atuação. Sendo ainda também insuficiente no próprio equipamento CREAS.

Contudo, Penso et al. (2012) afirma que é importante a experiência do profissional, pois ela permite que na prática ele possa expor o que foi aprendido com a teoria, aprimorando a sua formação profissional. Essa afirmação pode ser confirmada no trecho acima referente à entrevista realizada pela pesquisadora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual de crianças é um fenômeno complexo, que envolve várias questões sociais, psicológicas, jurídicas, dentre outras. O psicólogo é um profissional que também atua diretamente com esse tipo de público, porém as dificuldades encontradas pelo mesmo para desenvolver um bom atendimento com essas crianças vão desde a própria formação acadêmica desses profissionais até a existência do cumprimento de uma política eficaz, assim como da própria necessidade de capacitação dos profissionais que trabalham com essas crianças abusadas sexualmente, resultando em uma intervenção adequada.

A autora pode constatar que as dificuldades encontradas pelo psicólogo que trabalha no CREAS no atendimento às crianças vítimas de abuso sexual no Cariri foram coerentes com

o apontado na pesquisa nacional realizada pelo CFP. A falta e a precariedade do material ou recursos para utilização do psicólogo presente no CREAS ainda é um problema, além do despreparo da equipe e da própria divergência na realização do papel do psicólogo no CREAS, como visto também o despreparo da equipe em atuar com o trabalho multidisciplinar; os problemas na estrutura física do CREAS e na própria capacitação ou qualificação dos profissionais atuantes nessa rede.

A pesquisa aponta, no entanto, que a intervenção no atendimento voltado para crianças no CREAS assume o compromisso de buscar possibilitar a recuperação do sentido das experiências vividas, ajudando-as na elaboração das vivências dolorosas, porém, os psicólogos podem rever e rediscutir suas ações, mas assumindo um compromisso constante com a interdição dessa prática abusiva.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimentos de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721998000300014&script=sci_arttext> Acesso em: 09 mar. 2012.

ANTONI, Clarissa De; KOLLER, Silva Helena. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100003&lng=es&nrm=>> Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – **MDS** [ON LINE] Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>> Acessado em: 10 jun 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de Orientação nº 1**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/25041> Acesso em: 09 abr 2012.

BRITO, L. M. T. **Temas de Psicologia Jurídica**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2002.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A prática profissional dos(as) Psicólogos(as) nos Serviços de Enfretamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes / **Conselho Federal de Psicologia** – Brasília: CFP, 2009. 41p. [ON LINE] Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/publique/media/Livro_webSENTINELA.pdf> Acesso em: 20 mar. 2011a.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / **Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2009. 92p. [ON LINE] Disponível em:

<http://crepop.pol.org.br/publique/media/Livro_ServicoProtecao_GRAFICA.pdf> Acesso em: 25 mar. 2011b.

COYLES, Adrian. Análise do Discurso. In.: BREAKWELL, Glynio M.; SEAN, Hammond; FIFE-SCHAW, Chris; SMITH, Jonathan A. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Psicologia & m foco**, Aracaju, 2009. Disponível em:

<http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_073535_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf> Acesso em: 01 maio 2012.

FERREIRA, A. L. O Atendimento a Criança Vítima de Abuso Sexual: avaliação de um serviço público. **Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública** – Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2002. [ON LINE] Disponível em:

<<http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/ferreiraald.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2011.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Violência contra a criança e o adolescente. In: BRANDÃO, Eduardo Ponte; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU ed., 2004.

GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JR., Fernando. Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. **Revista Interam. Psicol.**, 2007. Disponível em: <<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04125.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2012.

HABIGZANG, Luísa F.; AZEVEDO, Gabriela Azen; KOLLER, Sílvia Helena; MACHADO, Paula Xavier. Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a06v19n3.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2012.

LABADESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, MARIANGELA Alone. Abuso Sexual Infantil: breve histórico e perspectivas na defesa dos direitos humanos. **Revista Olhar Científico-Faculdades Associadas de Ariquemes, Roraima**, 2010. Disponível em: <<http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/viewFile/4/8>> Acesso em: 02 maio. 2012.

LARANJEIRA, Ricardo Alexandre Pinto. **Abuso sexual na infância**. Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Medicina, Niterói, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/mmi/ped/documentos/abusosexual2000.pdf>> Acesso em: 02 maio 2012.

LIMA, Clinaura Maria de. **Infância Ferida**: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2384/1/2007_ClinauraMariadeLima%20-%20C%C3%B3pia.PDF> Acesso em 13 maio 2012.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia Familiar**: conceitos e métodos. 7. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato; RIBEIRO, Maria Alexina; ALMEIDA, Tania Mara Campos de; OLIVEIRA, Kamila Dantas de. Profissionalização de psicólogos para atuação em casos de abuso sexual. **PSICO**, Porto Alegre, 2008. Disponível em http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10133/1/ARTIGO_ProfissionalizacaoPsicologosAtuacao.PDF Acesso em: 28 mar. 2012.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000500002&script=sci_arttext> Acesso em: 10 mar. 2012.